

# Fundação Oceano Azul apresenta propostas para salvar oceanos

written by O Cidadão | 7 de Junho, 2024



A Fundação, de acordo com um documento divulgado, é uma das participantes no encontro de alto nível, denominado **“Immersed in change”**, que tem como objetivo **“inspirar ações individuais e coletivas para a conservação do oceano”**.

O encontro decorre hoje e amanhã, sábado, e vai lançar a Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos do próximo ano, a realizar-se em França.

Na Costa Rica a Fundação vai apresentar um conjunto de sete medidas para a proteção global dos oceanos, aquelas que a instituição portuguesa considera **prioritárias** e que quer ver aprovadas em junho de 2025 em Nice, na terceira Conferência dos Oceanos das Nações Unidas (UNOC3).

Uma delas é a necessidade de se reconhecer o papel *“essencial*

*e positivo” que o oceano desempenha na regulação do clima.* E por isso, nas reuniões da ONU sobre o clima (COP), deve reconhecer-se o papel das áreas marinhas protegidas e do objetivo de proteção de 30% dos oceanos no combate à crise climática e mitigação das alterações climáticas.

A fundação entende que importante é também criar um roteiro mundial sobre a meta dos 30% de áreas marinhas protegidas até 2030. Atualmente apenas 08% do oceano mundial tem estatuto de proteção e só 2,9% do oceano mundial é abrangido por áreas protegidas com níveis de proteção total ou alta.

A Fundação pede também que se apoie e mobilize os Estados para que ratifiquem o Acordo para a Conservação e Utilização Sustentável da Biodiversidade Marinha (BBNJ), para que obtenha a ratificação de pelo menos 60 países até junho de 2025 e assim poder entrar em vigor.

O BBNJ foi negociado durante décadas e concebido para proteger áreas fora das jurisdições nacionais, incluindo o alto-mar e o mar profundo.

Também mobilizar os Estados para subscreverem uma moratória da exploração mineira em mar profundo, e procurar que a legislação que for trabalhada (em sede da ISA, International Seabed Authority) seja forte e ambientalmente sólida, e se salvaguarde que não se faz mineração sem dados científicos que avaliem o impacto dessa atividade.

**A Fundação Oceano Azul** propõe ainda uma ação junto dos governos para que seja proibida a pesca de arrasto de fundo, e que estes assumam o compromisso para que sejam retirados gradualmente e eliminados os subsídios a essa prática, *“altamente destrutiva e emissora de carbono”*.

Depois quer também que se inicie uma estratégia abrangente e integrada de governação do oceano a nível mundial, e que se declare que quem tem prioridade de pescar nas águas territoriais (até 12 milhas náuticas) são os pescadores de

pequena escala.

A Fundação destaca no documento que apesar de haver cada vez mais evidências científicas que demonstram o papel central do oceano na saúde do planeta, *“e um crescente consenso em torno desse facto”*, as iniciativas em prol do oceano por parte dos decisores a nível mundial, regional e nacional *“não têm sido suficientemente ambiciosas nem respondem à urgência da situação”*.

Aliás, acrescenta, os compromissos políticos a nível mundial *“permaneceram estagnados por mais de um quarto de século e a conservação do oceano foi relegada para um plano secundário, imperando muitas vezes a complacência”*.

Os problemas do oceano ***“não podem continuar a ser vistos como uma questão que apenas afeta a biodiversidade marinha”***, porque na verdade são *“problemas da Humanidade, uma vez que afetam a nossa sobrevivência e o nosso bem-estar”*, refere a Fundação.